

Processo Administrativo n.º 2021004685

Apenso n.º 2021006318

Apenso n.º 2021006736

Ilmo. Senhor
Eng.º Gilberto Meletti,
Diretor-Presidente do SAMA E.

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2021

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços e mão de obra de aerolevanteamento com perfilamento a laser e geração de ortofotos de áreas de bacia de captação e vale de jusante de barragens, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VII.

ANÁLISE DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E CONTRARRAZÕES

Tratam-se de recursos administrativos interpostos pelas proponentes **FOTOTERRA ATIVIDADES DE AEROLEVANTAMENTOS LTDA.**, CNPJ n.º 72.857.345/0001-77, através do processo administrativo n.º 2021006318, e **TOPOCART TOPOGRAFIA ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA.**, CNPJ n.º 26.994.285/0001-17, sem protocolo, e das contrarrazões impetradas pela proponente **AEROSAT ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTO LTDA.**, CNPJ 82.238.718/0001-85, através do processo administrativo n.º 2021006736, com base na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Cumpridas as formalidades, registre-se que o recurso protocolado e a contrarrazão foram devidamente juntados em apenso ao processo.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE FOTOTERRA ATIVIDADES DE AEROLEVANTAMENTOS LTDA. (PAD 2021006318)

A RECORRENTE interpôs recurso contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou pelo não atendimento ao item 7.1, V, “a”, sequência 2 do Edital.

A RECORRENTE alega que:

- (i) no campo da fotogrametria, tem-se que a Ortofotocarta (ou Ortomapa) é um dos produtos com larga utilização pelos usuários que demandam tal necessidade;
- (ii) o princípio básico de produção de ortofotocartas digitais consiste no processo de transformação da projeção central na imagem em projeção ortogonal ao plano, mediante meios e métodos essencialmente digitais;

- (iii) os elementos básicos necessários para a geração de uma ortofotocarta digital são: imagem digital, pontos de controle, modelo digital de terreno e parâmetros da câmera;
- (iv) muitos autores trazem uma reflexão de que a ortofotocarta pode ser utilizada como um mapa, pois a ela podem ser inseridos vetores, simbologias, e textos cuja finalidade compreende dar uma representação aos diversos elementos do terreno como em uma carta convencional;
- (v) diante das definições apresentadas para ortofotocarta, pode-se concluir que a mesma compreende um conjunto de ortofotos (ortoimagens) mosaicadas umas com as outras, onde sobre este produto é possível realizar medidas de distância, ângulos, direções, etc., PODENDO ser acrescido sobre a mesma, informações vetoriais oriundas de restituição fotogramétrica/estereoscópica (ou outra metodologia), símbolos pictóricos, informações marginais, e etc.;
- (vi) em complemento à definição de ortofotocarta e sabendo que a mesma é derivada de um conjunto de duas ou mais ortofotos, julga-se conveniente definir o termo Ortofoto: “a ortofoto digital (produto base para geração da Ortofotocarta) compreende em uma imagem digital em projeção cartográfica. Sua elaboração exige o conhecimento da posição e atitude da aerofoto, bem como modelo de terreno, no sistema cartográfico requerido. A posição e altitude da câmera fotogramétrica no instante da tomada da imagem são determinadas pela Aerotriangulação” e “uma ortofoto digital consiste numa fotografia aérea digital ou digitalizada, que é posteriormente corrigida completamente de todas as distorções que podem ocorrer na imagem original tais como a não verticalidade da aeronave, a distorção radial devido às lentes da câmara e desvio posicional do terreno devido à topografia do mesmo. Com a eliminação de todas estas distorções obtém-se uma imagem que representa o terreno a uma determinada escala, e que poderá ser usada para se fazerem medições de comprimentos, áreas e direções”;
- (vii) diante das definições e conceitos apresentados para ortofotocarta e tendo em vista os atestados técnicos apresentados pela RECORRENTE, tem-se que por mais que não esteja explícito o termo Ortofotocarta e sim Ortofotos, a empresa comprovou a Capacidade Técnica-Operacional e Técnica-Profissional na geração de Ortofotocartas uma vez que as mesmas são derivadas FUNDAMENTALMENTE de ORTOFOTOS MOSAICADAS podendo ou não conter vetores e/ou informações marginais sobre ela;
- (viii) as ortofotocartas não mais são do que subprodutos das ortofotos manejadas, sendo certo que a habilitação técnica apresentada pela Recorrente, que comprovam a capacidade de geração e processamento das ortofotos se mostra assaz suficiente, até poderíamos dizer superior, para fins execução dos serviços propostos no edital e que detém capacidade e conhecimento técnico para geração das ortofotocartas, cumprindo as exigências de habilitação do subitem 7.1, inciso V, “a” em sua totalidade e em particular a sequência “2”;

- (ix) é imperioso destacar a necessidade de julgamento objetivo das licitações, devendo sempre privilegiar o interesse público, em detrimento de questões meramente formais que implicariam no pagamento do preço maior, sem que o melhor produto possa ser oferecido;
- (x) a inabilitação técnica da Recorrente foi amparada em nomenclatura, sem que se atentasse às características técnicas do produto a ser entregue, posto que efetivamente o atestado apresentado afigura-se suficiente a comprovar a capacidade técnica da Recorrente e a manifestação de sua inabilitação, visto que atende plenamente ao Edital, enseja excesso de rigorismo formal, prejudicando aos interesses do SAMA E, posto que a RECORRENTE pode ter apresentado a proposta mais vantajosa;
- (xi) a jurisprudência dos tribunais vem assinalando em reiteradas decisões, no sentido de que o licitante não deve ser inabilitado ou desclassificado de licitação pelo descumprimento de mero detalhe formal, que não implique em prejuízo à administração pública; em outras palavras, para os tribunais, o Edital não é absoluto, para evitar que os termos dele sejam usados para a prática de atos desproporcionais, exagerados e que acabam contrariando o próprio interesse público e a finalidade do procedimento;
- (xii) “a interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo. O ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômico financeira e da regularidade fiscal”. CSTJ.MS nO5779/DF);
- (xiii) no mesmo sentido, julgou o Tribunal de Contas da União, vejamos: "Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes. Não penso que o procedimento seja simplesmente desclassificar o licitante. Penso sim que deva ser avaliado o impacto financeiro da ocorrência e verificar se a proposta, mesmo com a falha, continuaria a preencher os requisitos da legislação que rege as licitações públicas – preços exequíveis e compatíveis com os de mercado. (Acórdão nº4.621/2009 - Segunda Câmara. Relator: Benjamin Zymler; Data do Julgamento: 01/09/2009);
- (xiv) a execução de serviços com características semelhantes basta para que o objeto da licitação seja atendido, tendo o Tribunal de Contas da União até mesmo editou a Súmula 263, com a seguinte redação, assim: “Súmula 263 do TCU que indica ser legal para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, desde que limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, “a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes,

- devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado”; ainda, segundo o TCU, “deve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade.” Acórdão 1.140/2005-Plenário;
- (xv) verifica-se que o excesso de formalismo, consubstanciado no rigor em analisar o termo técnico previsto no edital, termina por violar diversos princípios do direito administrativo, especialmente em se considerando que o atestado juntado pela Recorrente detém de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado, consoante restou demonstrado tecnicamente no curso destas razões, pelo que se faz mister a reforma da decisão que declarou inabilitada a Recorrente.

REQUER seja revista a decisão atacada, para que se reconheça a habilitação da RECORRENTE, dando regular seguimento ao certame e sua respectiva proposta analisada na forma de edital, para os devidos fins de direito.

O recurso administrativo foi protocolado pela recorrente, dentro do prazo recursal, às 15h04min, do dia 08 de abril de 2021, cumprindo as formalidades legais ditadas no ato convocatório.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE TOPOCART TOPOGRAFIA ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA. (SEM PROTOCOLO)

A RECORRENTE interpôs recurso contra a decisão da Comissão de Licitação, que a HABILITOU a proponente AEROSAT ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA., uma vez que a referida proponente descumpriu ao subitem 7.1, inciso V do Edital.

A RECORRENTE alega que:

- (i) o inciso V, do item 7.1, exige que seja apresentado Responsável Técnico, de nível superior (engenheiro cartógrafo ou engenheiro agrimensor ou geógrafo ou outro profissional habilitado pelo conselho de classe), conforme transcrito abaixo: “V. atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior (engenheiro cartógrafo ou engenheiro agrimensor ou geógrafo ou outro profissional habilitado pelo conselho de classe)...”;
- (ii) a licitante AEROSAT apresentou profissional com formação em engenharia civil, que por sua vez não está explicitamente permitida no edital, mas sim vem como uma opção que o edital deixou em aberto para “outro profissional habilitado pelo conselho de classe” portanto, para que o mesmo esteja apto e de acordo com o edital, é necessário verificar as habilitações e atribuições que o conselho de classe lhe confere;

- (iii) um engenheiro civil padrão, não possui atribuições para aerofotogrametria, cartografia, perfilamento a laser, entre outras atividades previstas nesta contratação, se limitando as seguintes atribuições, conforme previsto no respectivo conselho de classe: Resolução 218, CONFEA. “Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos”;
- (iv) o profissional apresentado pela AEROSAT possui atribuições adicionais, abrangendo e lhe dando competência para outros serviços como topografia e perfilamento a laser, porém, ainda assim o profissional não possui todas as atribuições necessárias para responder pelos serviços licitados;
- (v) considerando a formação em engenharia civil e demais atribuições adicionais, o profissional apresentado não possui competência para todos os serviços ora licitados, como por exemplo aerofotogrametria, cartografia, geração de ortofotos, inclusive esses itens sendo exigidos no edital como grande relevância e experiência profissional.

REQUER a reconsideração do resultado de habilitação da empresa Aerosat Engenharia e Aerolevantamentos Ltda., considerando a mesma inabilitada, pelas razões expostas.

O recurso administrativo NÃO foi protocolado pela recorrente, de acordo com as regras, não cumprindo as formalidades legais ditadas no ato convocatório, tendo sido encaminhado por via eletrônica (e-mail) aos membros da Comissão, às 16h33min do dia 08 de abril de 2021.

DAS ALEGAÇÕES DA CONTRARRAZOANTE AEROSAT ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTO LTDA. (PAD 2021006736)

A proponente **AEROSAT ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTO LTDA.**, considerando o recurso interposto pela proponente TOPOCART TOPOGRAFIA, ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA., requer que seja recebida e processada a presente contrarrazão, reconhecendo-se a completa improcedência do recurso apresentado, e, por via de consequência, mantendo-se a decisão que declarou a ora recorrida como habilitada à fase competitiva do certame.

Alega a contrarrazoante que:

- (i) O item 1 do Edital especifica que o objeto licitado é o de “contratação de empresa para prestação de serviços e mão de obra de aerolevantamento com perfilamento a laser e geração de ortofotos de áreas de bacia de captação e vale de jusante de barragens;

- (ii) A execução de atividade de aerolevanteamento – que é indubitavelmente a parte mais relevante e significativa da contratação – é realizada apenas e tão-somente por delegação da ANAC às empresas especializadas e o fato de a AEROSAT ser inscrita como empresa de aerolevanteamento perante o único órgão competente para tanto e no qual consta o Sr. Peterson Martinski, revela, complementarmente, ser este plenamente capacitado à tal atividade;
- (iii) A AEROSAT possui e apresentou perante o ente licitante, como aliás lhe era exigido pelo item 7.1, I, registro perante o CREA, sendo que deste documento consta expressamente a especificação de que tal empresas pode executar exatamente as mesmas atividades objeto da licitação; a certidão apresentada afirma que a AEROSAT tem por objeto social exatamente os serviços de aerolevanteamento, aerofotogrametria, compreendendo, dentre outros “levantamentos, planejamento, estudos, projetos, planos” que é exatamente o que é buscado nesta licitação; este documento possui um complemento ainda mais importante, qual seja, ao individualizar as atribuições específicas do Engenheiro Civil Peterson Martinski, o documento em questão apresenta anotação exarada por autoridade competente (aliás única autoridade competente para o tema) afirmando, em documento público, que goza de fé integral que o Engenheiro Civil Peterson Martinski possui habilitação ESPECÍFICA para “serviços de levantamento topográfico, através de perfilamento a laser aerotransportado”, sendo que a partir daí já se torna insubsistente qualquer outro resmungo deduzido pela recorrente;
- (iv) O CREA-PR, respondendo à consulta efetuada, sobre as atribuições do Eng. Civil Peterson Martinski, respondeu claramente que os serviços de Aerofotogrametria fazem parte das atribuições do Eng. Civil, conforme ofício 263/97;
- (v) As certidões de acervo técnico (CAT) apresentadas pela AEROSAT consta o expresso registro de que fora o Engenheiro Civil Peterson Martinski quem fora declarado por responsável técnico de todas as atividades inerentes ao “serviço técnico de levantamento fotogramétrico, mediante a técnica de perfilamento a laser”, sendo digno de nota apenas um único exemplo constante da CAT 115/2021;
- (vi) O recurso apresentado é, em toda a sua extensão, fórmula sem fundamento legal, recaindo em completo subjetivismo, que visa a inviabilização da finalidade maior do processo licitatório, que é garantir a maior vantajosidade da contratação, sendo esta apenas obtida pelo melhor preço;
- (vii) Não há, nem nunca houve previsão legal de demonstração de habilitação técnica de todo e qualquer profissional que atuará no contrato, nem exigência de que um único profissional detenha a execução técnica de todas as atividades intrínsecas ao serviço, sob pena de transformar o processo licitatório em uma burocracia infundável. A pretensão recursal, portanto, encontra uma impossibilidade jurídica absoluta, porquanto contrária à lei de ordem pública que rege o tema. Não fosse suficiente, contraria a clara dicção do item 7.1, V, que também prevê, claramente, a apresentação de atestados de qualquer responsável técnico admitido para o objeto.

As Contrarrazões protocoladas cumpriram as formalidades legais ditadas no ato convocatório.

DA ANÁLISE POR PARTE DA COMISSÃO PERMANENTE PARA RECEPÇÃO DE LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE

Primeiramente, cumpre-se designar que a análise e a manifestação foram efetuadas considerando a vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da isonomia, posto que o Edital é o princípio básico de toda licitação.

DO RECURSO DA PROPONENTE FOTOTERRA ATIVIDADES DE AEROLEVANTAMENTOS LTDA.

A Comissão inabilitou a proponente Fototerra Atividades de Aerolevantamentos Ltda. pelo não atendimento ao subitem 7.1, V, “a”, sequência 2 do Edital.

- V. **atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior (engenheiro cartógrafo ou engenheiro agrimensor ou geógrafo ou outro profissional habilitado pelo conselho de classe), acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, CAT(s), para os emitidos a partir de 05/2005, conforme artigo 30, inciso II, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que tenha sido contratado para a execução de serviços similares (levantamentos aerofotogramétricos), em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado. No(s) atestado(s) deverá(ão) constar, discriminadamente, os serviços componentes e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância aqui citados:
- a) serão considerados aptos os profissionais que comprovarem a quantidade mínima especificada em cada um dos itens listados abaixo, considerados de maior relevância. Essa análise será feita por item, considerando-se, sempre, a quantidade mínima apontada para cada um, em um único atestado; entretanto, não é obrigatória a apresentação de um único atestado para todos os itens. A análise quantitativa será feita nos seguintes itens:
 - 1) [...]
 - 2) execução de serviços de geração de ortofotocartas digitais coloridas na escala de 1:2.000 ou melhor, com, no mínimo 100 (cem) km² contínuos;
- [...]

Em sua peça recursal, a recorrente Fototerra Atividades de Aerolevantamentos Ltda. alega que, mesmo ausente ou não explícito nos atestados apresentados, o termo ortofotocarta, restou comprovada sua capacidade técnico-operacional e técnico-profissional na geração de ortofotocartas, vez que são derivadas, fundamentalmente, de ortofotos mosaicadas, sendo que as ortofotocartas são subprodutos das ortofotos manejadas, e que a comprovação efetuada se mostra até superior para fins dos serviços propostos no Edital. Contradiz-se, no entanto, em seu recurso, dizendo que a execução de serviços com características semelhantes basta para que o objeto da licitação seja atendido e que foi adotado excesso de formalismo na análise técnica efetuada, violando os princípios do direito administrativo, visto que o atestado apresentado pela recorrente possui complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado.

Os técnicos da Autarquia, Eng.º Rossano Belladonna e Geol. Tiago de Vargas, assim se manifestam acerca da questão:

A ortofoto se trata, simplificadamente, da foto corrigida utilizando o MDT, é a foto ortoretificada. A ortofotocarta constitui o produto final representado na forma de mapa. Existem mapas sem a ortofoto de fundo e mapas com a ortofoto de fundo.

Conforme mencionado pelo Recorrente (item 13 do seu Recurso Administrativo) **a ortofoto é produto base para a geração da ortofotocarta**. Portanto, **a ortofoto não pode ser considerada o mesmo produto que a ortofotocarta**.

13. Andrade (in Fotogrametria, p.201) define que “a ortofoto digital (produto base para geração da Ortofotocarta) compreende em uma imagem digital em projeção cartográfica....”

Como o Edital exige a comprovação de o profissional ter realizado a ortofotocarta, comprovante não identificado durante o julgamento documental, entendemos que o Recorrente não apresentou informação que pudéssemos avaliar como suficiente para atender às exigências do Edital.

Grifos nossos.

Portanto, ortofoto e ortofotocarta não se tratam dos mesmos produtos e, na documentação apresentada na licitação, não foi comprovada a capacidade técnico-profissional exigida no subitem 7.1, V, “a”, sequência 2 do Edital, mais precisamente comprovando a “execução de serviços de geração de **ortofotocartas digitais coloridas** na escala de 1:2.000 ou melhor, com, no mínimo 100 (cem) km² contínuos”. (grifos nossos)

Conclui-se que não se trata de excesso de formalismo, visto que não foi atendido o previsto no ato convocatório, em que as regras estão claras e dispostas para todas as participantes.

Revendo o ato recorrido pela proponente **Fototerra Atividades de Aerolevantamentos Ltda.**, a Comissão julga o recurso apresentado improcedente, **mantendo sua inabilitação no certame**, pelos motivos acima apresentados.

DO RECURSO DA PROPONENTE TOPOCART ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA.

A proponente Topocart Engenharia e Aerolevantamentos Ltda. recursou contra decisão da Comissão que habilitou a proponente Aerosat Engenharia e Aerolevantamentos Ltda., alegando que a recorrida não atendeu ao subitem 7.1, inciso V, do Edital, tendo em vista que o responsável técnico apresentado pela recorrida não possui habilitação profissional para a execução de todos os serviços propostos no Edital, porquanto engenheiros civis não possuem tais prerrogativas.

Primeiramente, na análise desse recurso, constatou que a recorrente apresentou suas razões em desacordo com o regramento do ato convocatório, senão vejamos:

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou à inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no artigo 109, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

11.2. Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por escrito, contados do dia subsequente à convocação do ato.

11.3. As demais proponentes, já intimadas na sessão, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, para apresentarem as contrarrazões.

11.4. As razões e as contrarrazões do recurso, por escrito, deverão ser protocolizadas ao Sr. Diretor-Presidente do SAMA E, conforme disposições do subitem 17.6, sob pena de não admissibilidade.

11.5. Os recursos administrativos de licitações serão disponibilizados no portal do SAMA E, após protocolo, assim como as contrarrazões das proponentes e decisões da Autarquia, permanecendo os autos do processo com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital da licitação.

11.6. Quando da intenção de recusar, o licitante será informado, na própria sessão, com registro em Ata, sobre os procedimentos e datas, ficando, as demais proponentes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, pelo mesmo sistema, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. Nos recursos, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada

de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

[...]

17.6. Os recursos administrativos e as impugnações devem ser encaminhados, **por petição protocolizada, dentro dos prazos previstos na legislação vigente, no horário das 9h às 16h, em dias úteis, na loja de atendimento do SAMA E ou através do serviço de atendimento via WhatsApp.**

17.6.1. Quando utilizado o serviço de protocolo na loja de atendimento do SAMA E, os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

17.6.2. Quando utilizado o serviço de atendimento via WhatsApp, os documentos anexados deverão apresentar autenticação digital ou assinatura digital, com possibilidade de conferência da autenticidade e da veracidade dos documentos, sob pena de não admissibilidade.

17.6.3 A loja de atendimento do SAMA E situa-se na Rua Pinheiro Machado, n.º 1631, Bairro Centro – Caxias do Sul/RS.

17.6.4. O serviço de atendimento via WhatsApp é efetuado através do n.º (54) 99180-0893, vinculado à opção 5 – Atendimento Comercial. Grifos nossos.

A recorrente encaminhou seu recurso ao e-mail comissaorecepcao@samaecaxias.com.br às 16h33min do dia 08 de abril de 2021, último dia do prazo estipulado, conforme registrado na ata de abertura da sessão, alegando que não conseguiu enviar pelo canal de Whatsapp, devido a dificuldades enfrentadas.

Ora, a peça foi assinada pela recorrente, conforme observa-se em seus documentos, às 16h14min; portanto, a recorrente assinou seu documento digitalmente, já com o prazo expirado e, por consequência, não obteve êxito no envio do protocolo via canal de WhatsApp pois o horário de atendimento já havia encerrado, bem como o prazo recursal expirado. Mesmo assim, esta Presidente solicitou à empresa que informasse de qual número de WhatsApp partiu a tentativa de envio para rastrear o atendimento. A recorrente não respondeu à solicitação.

Portanto, trata-se, de acordo com o ato convocatório, de recurso intempestivo.

A Comissão registrou protocolo no CREA/RS para dirimir a questão, junto ao Conselho do nosso estado, visto que empresa e profissional, se vencedores da licitação, deverão ter seus registros validados também aqui no Estado.

O CREA/RS assim se manifestou:

Boa tarde!

Informamos que conforme a Res 1007/03, do Confea, quem tem que analisar é o Crea de origem, no caso Crea-PR. Tem que aguardar o retorno de lá.

Atenciosamente,
Câmara de Engenharia Civil – CREA-RS
Contato: civil@crea-rs.org.br

A Comissão enviou pedido de diligência para o CREA/PR, na data de 09 de abril de 2021, por e-mail, para a área de comunicação do CREA/PR, devido à dificuldade em registrar protocolo pelo site, com o seguinte teor:

Prezados Senhores, bom dia!

Primeiramente, peço desculpas pelo envio deste e-mail para o endereço da comunicação do CREA/PR, mas, infelizmente, não estou conseguindo contato via telefone ou pelo formulário de envio de e-mail, disponível no site do Conselho. Como preciso, com urgência, de informações, usei este canal na tentativa de um atendimento.

O SAMA E, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul – RS, abriu, recentemente, licitação, na modalidade Tomada de Preços, sob n.º 003/2021, para contratação de empresa para prestação de serviços e mão de obra de aerolevantamento com perfilamento a laser e geração de ortofotos de áreas de bacia de captação e vale de jusante de barragens, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VII.

Para a comprovação da capacidade técnico-profissional, o Edital exigiu:

- V. **atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior (engenheiro cartógrafo ou engenheiro agrimensor ou geógrafo ou outro profissional habilitado pelo conselho de classe), acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, CAT(s), para os emitidos a partir de 05/2005, conforme artigo 30, inciso II, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que tenha sido contratado para a execução de serviços similares (levantamentos aerofotogramétricos), em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado. No(s) atestado(s) deverá(ão) constar, discriminadamente, os serviços componentes e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância aqui citados:
- a) serão considerados aptos os profissionais que comprovarem a quantidade mínima especificada em cada um dos itens listados abaixo, considerados de maior relevância. Essa análise será feita por item, considerando-se, sempre, a quantidade mínima apontada para cada um, em um único atestado; entretanto, não é obrigatória a apresentação de um

único atestado para todos os itens. A análise quantitativa será feita nos seguintes itens:

- 1) execução de Cobertura Aerofotogramétrica colorida, na escala de 1:8.000 ou melhor para o sistema analógico, ou escala equivalente para imagens com resolução especial de 20cm ou melhor, com, no mínimo, 100 (cem) km² contínuos;
- 2) execução de serviços de geração de ortofotocartas digitais coloridas na escala de 1:2.000 ou melhor, com, no mínimo 100 (cem) km² contínuos;
- 3) execução de serviços de levantamento utilizando perfilador a laser aerotransportado, com, no mínimo, 100 (cem) km² contínuos;
- 4) serviços de geração de MDT e MDE, com no mínimo 100 (cem) km² contínuos;
- 5) serviços de restituição de curvas de nível de 1m em 1m, com, no mínimo, 100 (cem) km² contínuos.

Uma das licitantes presentes no certame, apresentou como responsável técnico o Eng.º Civil Peterson Martinski, carteira profissional PR-25384/D, que possui atribuições para serviços de levantamento topográfico, através de perfilamento a laser aerotransportado, constante em seu registro, além das demais atribuições típicas de um engenheiro civil.

A concorrente solicitou recurso administrativo alegando que o profissional indicado não possui todas as atribuições necessárias para responder tecnicamente pelos serviços a serem contratados pela nossa Autarquia, visto que possui, além das atribuições conferidas a um engenheiro civil, outros serviços como topografia e perfilamento a laser, apenas.

Tendo em vista que o profissional Eng.º Civil Peterson Martinski, carteira profissional PR-25384/D apresentou atestados de capacidade técnica compatíveis com os serviços ora licitados, registrados neste conselho, conforme CATs 102/2019, 110/2021, 115/2021, 8369/2013, entre outras, questiona-se se o profissional em questão está habilitado para realização de serviços de:

- (i) cobertura Aerofotogramétrica;
- (ii) serviços de geração de ortofotocartas digitais;
- (iii) serviços de levantamento utilizando perfilador a laser aerotransportado;
- (iv) serviços de geração de MDT e MDE, e
- (v) serviços de restituição de curvas de nível.

Seguem, em anexo, cópia do Edital da Licitação, bem como dos registros do profissional e empresa e as CATs mencionadas.

Tendo em vista que possuímos prazo legal para as respostas aos recursos interpostos, gostaríamos de contar com a colaboração, na maior brevidade possível, desse Conselho de Classe.

Recebemos, como resposta, na mesma data:

Bom dia Lunalva,
Este e-mail é da Assessoria de Comunicação do Crea-PR e não conseguimos realizar este tipo de atendimento ao profissional ou empresa.
Acesse aqui <https://linktr.ee/atendimentoCREAPR> todos os nossos canais de serviços e atendimento. Todas as solicitações e serviços podem ser feitos de forma on-line.
Caso ainda tenha dúvidas, entre em contato pelo 0800 041 0067. Se não atenderem, devido à demanda de ligações, existe a opção de retorno de ligação, você deixa seu número e a Central de Informações retorna em breve.
Vou encaminhar seu e-mail para a Regional de registro do profissional, porém sugiro que ainda assim você entre em contato por um dos nossos canais de atendimento mesmo para que seja registrado o protocolo da sua solicitação, pois somente desta forma nossa equipe poderá atender.
Espero ter ajudado, ficamos à disposição.
Atenciosamente,
Assessoria de Comunicação Social – ACS
[...]
(41) 3350-6877 / (41) 98405-9444
www.crea-pr.org.br

Após, ainda na mesma data, foi registrado o protocolo no CREA/PR para dirimir a questão, sob número 114225/2021, com o mesmo teor do e-mail enviado.

O CREA/PR, nesta data, 23 de abril de 2021, assim se manifestou:

Prezada senhora, bom dia.
Informamos que o profissional possui atribuições para as atividades consultadas e constantes em suas CATs.
Atenciosamente,
CEEC / CÂMARA ESP. DE ENG. CIVIL
Equipe Crea-PR

Ainda, na documentação apresentada na licitação, pela recorrida, consta que o profissional possui habilitação específica para “serviços de levantamento topográfico, através de perfilamento a laser aerotransportado”, bem como o CREA-PR, respondendo à consulta efetuada, ainda em 1997, já havia respondido que os serviços de Aerofotogrametria fazem parte das atribuições do o Eng. Civil Peterson

Martinski. Também, das certidões de acervo técnico (CAT) apresentadas pela recorrida consta o expresso registro de que o Engenheiro Civil Peterson Martinski foi declarado por responsável técnico de todas as atividades inerentes ao “serviço técnico de levantamento fotogramétrico, mediante a técnica de perfilamento a laser”.

Com relação ao mérito do recurso, após consulta ao CREA/PR e dos documentos apresentados na licitação, esta Comissão entende que o profissional apresentado como responsável técnico possui a habilitação necessária para a execução das atividades propostas nesta licitação, tendo suas atribuições reconhecidas e registradas pelo Conselho de Classe em que é registrado.

Portanto, a empresa cumpriu com as condições editalícias, comprovando a capacidade técnico-profissional, conforme já manifestado pela Comissão na abertura da sessão.

Revedo o ato recorrido pela proponente **Topocart Engenharia e Aerolevantamentos Ltda.**, a Comissão decide pelo **não conhecimento** do recurso apresentado, **visto sua intempestividade**, e, no mérito, **negalhe provimento**, mantendo a habilitação da proponente Aerosat Engenharia e Aerolevantamentos Ltda., pelos motivos acima apresentados.

Portanto, estão aptas a seguirem no certame, as seguintes empresas: Aerosat Engenharia e Aerolevantamentos Ltda., Engefoto Engenharia e Aerolevantamentos S.A., Engemap Engenharia, Mapeamento e Aerolevantamento Ltda., Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A., Serviços Aéreos Industriais Especializados SAI Ltda. e Topocart Topografia Engenharia e Aerolevantamentos Ltda.

À consideração superior para que revise o ato recorrido e, a seu critério, mantenha ou mude a decisão da Comissão.

Caxias do Sul, 23 de abril de 2021.

Lunalva Cechinato,
Presidente.

Rossano Belladona,
Vogal.

Tiago de Vargas,
Vogal.

Mateus Bortolini,
Secretário.